

O PAPEL DO REVISOR DE TEXTOS JORNALÍSTICOS OPINATIVOS E AS ESTRUTURAS DESGARRADAS DA LÍNGUA PORTUGUESA

Geisa Pelissari Silvério
Universidade Estadual de Maringá
geisa_pelissari@hotmail.com

Mário F. I. Viggiano
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
marioviggiano@uol.com.br

RESUMO:

O funcionalismo insere, ao analisar a língua em uso, o conceito pragmático, não se restringindo apenas às circunstâncias apregoadas pela gramática normativa. Pretende-se, neste trabalho, por meio da corrente funcionalista, avaliar as orações adjetivas explicativas e adverbiais, denominadas como dependentes pela gramática normativa, mas que se manifestam de modo desgarrado, como conceituado por Decat (2001). Serão avaliados exemplos presentes nos gêneros artigo de opinião e editorial, demonstrando um grau maior de argumentatividade e focalização expressos na opinião do autor ao desgarrar certas orações, e se esses exemplos poderiam ou não ser modificados sem alteração do sentido pelo profissional da revisão de textos, evidenciando o papel do revisor jornalístico impresso.

PALAVRAS-CHAVE: Revisão de textos; jornalismo impresso; funcionalismo; desgarramento.

ABSTRACT:

Functionalism inserts, when analyzing the language in use, the pragmatic concept, not restricted to circumstances touted by normative grammar. It is intended, in this work, through the current functionalist, evaluate relative and adverbial clauses, known as dependents by normative grammar, but which manifest themselves in “desgarrado” manner, as conceptualized by Decat (2001). Present examples will be evaluated in the genres of editorial and article, trying to demonstrate a greater degree of argumentation

and focalization expressed in the author's opinion to unlinked certain clauses, and if these examples could or could not be modified without changing the meaning by professional review of texts, highlighting the role of the printed newspaper reviewer.

KEYWORDS: Texts review; print journalism; functionalism; “desgarramento”.

Introdução

É fato que o estudo e a correta aplicação da gramática normativa da Língua Portuguesa se fazem necessários para que o emissor se comunique de modo adequado na maioria dos gêneros discursivos. Essa mesma gramática, entretanto, impõe determinadas regras que ora deixaram de ser utilizadas, devido às evoluções históricas que permeiam qualquer língua, ora passaram a ser empregadas de modo nem sempre igual aos preconizados pelas regras tradicionais.

Diante disso, para entender certas ocorrências que não são justificadas pela gramática tradicional, buscam-se teorias que possam auxiliar nessa compreensão. A corrente que se pretende estudar neste trabalho é a funcionalista, que promove uma análise linguística além da estabelecida pela gramática normativa, pois abrange outros aspectos não considerados por ela.

Procurando ampliar as discussões sobre os diferentes usos, este trabalho tem por intuito averiguar aquilo que é mencionado pelos estudos normativos e funcionalistas no que diz respeito às conceituações e aplicações das orações tradicionalmente denominadas subordinadas adjetivas explicativas e adverbiais.

Portanto, expõe-se, no uso escrito da Língua Portuguesa, a existência de cláusulas desconectadas de suas orações núcleo ou de seus sintagmas nominais, intituladas de desgarradas (DECAT, 2011), nos gêneros textuais artigo de opinião e editorial, enfatizando o poder argumentativo que esse desgarramento proporciona à cláusula em relação ao contexto discursivo no qual aparece e à intenção do interlocutor.

Ademais e especificamente, pretende-se verificar o papel do profissional de revisão de textos da área jornalística, uma vez que, ao “corrigir” tradicionalmente os textos opinativos/argumentativos dos dois gêneros acima apresentados, poderá ele ou não alterar a intencionalidade e a focalização argumentativa pretendida pelo produtor do texto. Selecionou-se, para isso, três revistas de circulação nacional: Carta Capital, Época e Isto É.

Portanto, constata-se que o presente trabalho possui relevância acadêmica e social, visto que, por meio da descrição linguística, é possível visualizar dife-

rentes modos da língua em uso, suas considerações e possíveis características, além de aplicá-las nos textos veiculados no meio social, evitando equívocos, distorções e até possíveis ambiguidades no discurso do outro.

1. O papel do revisor de textos jornalísticos opinativos

Para compreender a função exercida pelo profissional da revisão de textos, é indispensável compreender em que momento histórico se deu a sua aparição e como ocorreu a evolução da atividade durante o tempo até chegar a função social que exerce hoje.

A figura do revisor de textos surge na França, no momento em que:

As constantes divergências de crenças religiosas e a falsa interpretação dos textos sacros deram lugar a discussões e controvérsias. Daí a necessidade de formarem um corpo de revisão, entre os homens de maior fama intelectual e erudição comprovada, para fazerem a correção ou revisão dos manuscritos antigos, dando-lhes nova forma, alterando-lhes os períodos de modo que as subseqüentes edições saíssem isentas daqueles senões. (AREZIO, 1925, *apud* COELHO NETO, 2008, p. 26)

Na época, muitos copistas se revoltaram com a instituição dos precursores dos atuais revisores de textos. Conseguiram, com o auxílio do parlamento francês, a condenação dos impressores e colaboradores, uma vez que, de acordo com a religião, os novos métodos eram considerados obra do demônio. Porém, mesmo os copistas continuando o seu trabalho – os quais não davam conta da procura – e os impressores trabalhando na clandestinidade – e sendo acusados de modificar o conteúdo dos textos –, os erros continuaram sendo frequentes.

Sendo assim, como afirma Coelho Neto (2008), “os tipógrafos mais inteligentes e mais eruditos” ganham espaço com o incremento da indústria tipográfica e a prática de corrigir a partir de provas de prelo. Isso porque os erros da primeira edição dos livros, por exemplo, eram corrigidos a pena, e a ideia de errata – indicação de um erro em livro ou qualquer impresso – surge somente em 1478, na edição do *Juvenal*, impresso em Veneza.

Hodiernamente, a figura do revisor de textos está em um momento de revisão da própria função, já que, como observado no retrocesso histórico acima, era – e ainda é – vista como aquela pessoa com a competência de corrigir erros gramaticais da língua. Essa visão, no entanto, vem sendo questionada e repensada por diversos estudiosos da língua.

Heurley (2006), citado por Carinhas (2012, p.14), afirma que é possível agrupar os diferentes vieses da revisão textual em três: “(i) a revisão entendida como uma alteração efetiva, porque visível, no texto; (ii) a revisão como uma componente do processo de escrita cujo objetivo é o de tentar melhorar o texto já escrito; e (iii) a revisão como um componente de controle da produção escrita”. Para o autor, os múltiplos conceitos do termo “revisão” devem-se ao fato de esse trabalho ainda ser visto como um controle da produção escrita, e não como parte significativa da produção textual.

O profissional da revisão de textos deve sim deter o domínio sobre a norma padrão culta da língua, uma vez que ela é necessária para a padronização de publicações e consenso de leitura. A língua, entretanto, vive em constante mutação, procurando adequar-se às transformações histórico-sociais, e, em muitas situações, deixando em desuso termos e expressões consideradas então como arcaicas.

Nesse contexto, o estudo permanente e o domínio de novos saberes são fundamentais para que a figura do revisor seja vista com outros olhos. Diferentes correntes linguísticas e gramaticais podem evidenciar caminhos às vezes ocultos à tradição gramatical, permitindo ao produtor do texto expressar-se de modo a atingir grupos sociais distintos ao mesmo tempo, de maneira mais persuasiva, ou ainda, de forma a selecionar o leitor. Essa modificação na linguagem também é permitida pelo gênero discursivo a que pertence o texto produzido, além da intencionalidade do escritor.

No tratamento revisional de textos escritos da área jornalística, toda essa possível alteração, fugindo às regras gramaticais que mantêm o texto, por vezes, “fechado” às novas fronteiras, é mais que evidente. Isso porque cada jornal ou revista delimita seu público-alvo, o que resulta na restrição ou não da linguagem a ser utilizada.

Isso tudo evidencia que o processo de escrita não é uma tarefa de fácil elaboração, visto que são muitos os aspectos que devem ser valorados pelo produtor do texto para que a leitura se torne compreensível a todos. Entretanto nem sempre esse texto chega ao público como o autor gostaria, já que, após a escrita, ele passa por diferentes etapas, como editoração, preparação, revisão, entre outros.

Novamente enfocando nos textos jornalísticos escritos de modo geral, tem-se ainda um outro agravante: o tempo para publicação. Por vezes – ou quem sabe quase sempre – as notícias, reportagens, propagandas, artigos, editoriais, e outros gêneros do meio, precisam ser elaboradas e publicadas de modo quase

que instantâneo, o que facilita a divulgação de textos com diferentes níveis de equívocos e inadequações.

Constata-se, então, que a figura do revisor de textos é de fundamental importância para que casos como esse não se tornem frequentes. Porém muitas redações de revistas/portais *online* e agências de publicidade, especialmente as menores ou as que trabalham com conteúdo majoritariamente digital concentram essa função de revisar em outra, como o editor ou o preparador, dispensando os revisores com o intuito de economizar. Além disso, com relação às publicações periódicas *online* dispõe-se da possibilidade de alterações após a publicação do texto, o que torna para muitos, mais uma vez, o papel do revisor “dispensável”, mesmo que os que se tornam responsáveis pela revisão não possuam domínio linguístico suficiente.

No que diz respeito especificamente às revistas – veículo de comunicação neste trabalho utilizado –, dois quesitos importantes devem ser analisados: a periodicidade e a segmentação do veículo de comunicação em questão. Isso porque, além de possuírem um público-alvo para suas publicações, delimitando um leitor específico, o tempo de publicação (semanal, mensal, trimestral, entre outros) determinará o tempo de revisão dos textos a serem divulgados, o qual tende a ser um pouco mais amplo que os outros meios jornalísticos escritos. As revistas, então, terão uma “permissão” ao uso do sentido figurado, linguagem leve, clara, simples e concisa, evidenciando também um ponto de vista mais claro, devido justamente à linha editorial, ou seja, da vertente social, política e econômica seguida pela revista.

Logo, tem-se que o papel do revisor deve ser cauteloso e observador, visto que, ao apresentar sua opinião, o autor, provavelmente, também se refira à opinião da linha editorial. Desse maneira, ao alterar um vocábulo no texto por outro sinônimo, a crítica transmitida pode tornar-se mais suave ou agressiva, podendo alterar o real objetivo do escritor. Além disso, marcações textuais, sinais gráficos e possíveis erros de sintaxe devem ser observados atentamente, uma vez que podem apresentar uma ironia, metáfora ou brincadeira do produtor do texto.

Sendo assim, demonstra-se que, a fim de revisar textos com qualidade, é necessário que o profissional assuma o papel de coautor do texto, fazendo as alterações precisas para melhor compreensão por parte do leitor do produto final, ainda que isso resulte na alteração do texto, mas sem a modificação das intenções do produtor. Com isso, a figura do revisor de textos passa a ter substancial valor, deixando de ser contemplado como um rígido corretor gramatical.

1.1 A gramática tradicional: os conceitos de subordinação e de dependência

A gramática tradicional, ao denominar as relações estabelecidas entre diferentes cláusulas – ou como ela mesma classifica entre diferentes “orações” –, delimita normativamente essas associações como o estudo do período composto. De acordo com Almeida (2009), ele compõe-se de duas ou mais orações, ou seja, pela presença de dois ou mais verbos. Segundo Azeredo (2011, p.290), trata-se de uma “unidade construída em torno de um núcleo verbal”.

Separada em coordenada e subordinada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a divisão do período composto é assim designada porque a gramática normativa considera, como critérios relevantes para a classificação, apenas os aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, entretanto, nem sempre de maneira uniforme, isto é, nem todos consideram todos esses critérios. Desse modo, diversos autores utilizam-se das expressões “dependentes” e “independentes” para nomeá-las, como se constata a seguir:

Oração coordenada é aquela que é independente sintaticamente, isto é, não exerce nenhuma função sintática em relação a outra oração. Período composto por subordinação é aquele formado por uma oração principal e uma ou mais subordinadas. (FARACO; MOURA, 2004, p. 321 e 327)

O período é composto por coordenação quando contém apenas orações coordenadas, ou seja, orações de funções equivalentes. Todo período que traz orações subordinadas, ou seja, dependentes umas das outras, é composto por subordinação. (SACCONI, 2008, p. 262 e 264)

Por coordenação – as orações são sintaticamente independentes, ou seja, não exercem função sintática em relação a verbos, nomes ou pronomes de outra oração.

Por subordinação – as orações são sintaticamente dependentes, ou seja, uma exerce função sintática em relação a um verbo, nome ou pronome de uma outra oração. (ALMEIDA, 2009, p. 301)

Coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe) são, portanto, dois processos de construção: a coordenação une partes do texto – palavras, sintagmas ou orações – formal e funcionalmente

equivalentes; a subordinação une partes formal e funcionalmente distintas. A chave desta distinção é a noção de ‘hierarquia’. Com isto estamos dizendo que ao se combinarem numa construção, as unidades gramaticais – palavras, sintagmas, orações – se associam por dois modos básicos distintos: ou elas se situam no mesmo nível de modo que a presença de uma independe da presença da outra (coordenação ou parataxe), ou elas se situam em níveis distintos, imediatos ou não, de modo que uma delas é a base e a outra serve de complemento ou de termo adjacente (hipotaxe ou subordinação). A unidade subordinada sempre vem contida numa unidade maior, que lhe é superior na hierarquia gramatical interna da oração. (AZEREDO, 2011, p. 294)

Além da ideia de dependência presente em todos os autores, observa-se, em Faraco e Moura (2004), a existência, para o período subordinado, de uma oração intitulada de principal. Esse conceito é enfatizado por Azeredo (2011), o qual assevera que, nessa relação de subordinação, sempre haverá um nível hierárquico entre as cláusulas, de modo que a oração subordinada sempre será de grau inferior à unidade “maior” com a qual interage.

No período composto por subordinação, as orações segmentam-se em três: substantivas, adjetivas e adverbiais. As primeiras cláusulas podem ser conectadas por uma conjunção integrante e exercem uma função sintática; por isso, não podem aparecer desconexas. Já as segundas introduzidas por um pronome relativo (pronomes que retomam um termo já expresso na oração anterior) e subdividem-se em restritivas e explicativas. Por fim, no que diz respeito às cláusulas denominadas como subordinadas adverbiais, estas são vistas como orações que exibem um menor grau de dependência em relação à oração a que se referem, realizando uma modificação de circunstância temporal, causal, final, condicional, entre outras, do mesmo modo como o advérbio opera nas orações.

Trabalhar com as definições da gramática normativa pode ser plausível e viável quando se estudam estruturas tradicionais do uso da Língua Portuguesa. No entanto, esse mesmo uso também inova e faz surgirem novos modos de aplicação do português (falado ou escrito), para os quais são necessários estudos e teorias que deem conta de sua análise. Sendo assim, a corrente funcionalista, por considerar aspectos que não são verificados pelos estudos normativos, será aqui utilizada, sempre em cotejo com o que prescreve a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a qual tem por objetivo as terminologias utilizadas no ensino da gramática brasileira.

1.2 A corrente funcionalista e o conceito de orações desgarradas

O Funcionalismo é uma corrente linguística que busca estabelecer uma relação entre a estrutura gramatical da língua e as diferentes circunstâncias de comunicação. Sendo assim, os estudiosos da área consideram, em sua análise, os interlocutores, os intuítos e a situação discursiva.

Isso significa dizer que a corrente funcionalista objetiva explicar como os falantes utilizam a língua e comunicam-se com êxito e, para tanto, insere, ao analisar a língua em uso, o conceito pragmático, não se restringindo apenas aos aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos, como faz a gramática normativa. Cunha (2012, p. 158) enfatiza essa ideia, afirmando que “o funcionalismo procura essencialmente trabalhar com dados reais de fala ou escrita retirados de contextos efetivos de comunicação, evitando lidar com frases inventadas, dissociadas de sua função no ato da comunicação.”

Nesse viés, as pesquisas a respeito das estruturas sintáticas apresentam a abordagem elaborada por Hopper e Traugott (1993), as quais reconfiguram as definições, tipicamente consagradas na gramática tradicional, como coordenação e subordinação. Para os autores, as relações entre cláusulas podem se manifestar com diferentes graus de dependência e de encaixamento (ser constituinte ou não da cláusula à qual se refere, nomeada como cláusula núcleo). Portanto, intitulam essas relações como parataxe, hipotaxe e subordinação, definindo-as no quadro que segue:

Parataxe	>	Hipotaxe	>	Subordinação
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+ encaixada

Quadro1 – Relações entre cláusulas.

Fonte: HOPPER; TRAUGOTT, 1993, p. 170.

Lehmann (1988) também assevera que as cláusulas subordinadas podem ocorrer de modo somente associado, sem relações hierárquicas, ou seja, paratáticas, até a presença de um nível evidente de hierarquia entre elas, isto é, subordinadas, representando uma relação de encaixamento – *embedding*. O autor define essa ideia como um “contínuo de rebaixamento”, no qual, de maneira gradual, apareceriam relações subordinadas rebaixadas.

As orações adjetivas explicativas e as adverbiais estariam inseridas, de acordo com essa divisão, no grupo da hipotaxe, já que apresentam determinado grau de dependência em relação à cláusula matriz, mas, ao mesmo tempo,

não são necessariamente elementos sintáticos dessa oração, como seriam as subordinadas substantivas. Por isso, possuem um menor grau de encaixamento, como retratado no quadro acima.

Em contrapartida, no contexto dos estudos funcionalistas brasileiros, Decat (2011) propõe que, ao contrário do que é normatizado pela gramática, as orações adjetivas explicativas e as adverbiais podem ser empregadas, dependendo da situação comunicativa, desvinculadas da cláusula a que “teoricamente” pertenceriam. Em decorrência disso, a autora as nomeia como estruturas “desgarradas”.

Lima (2004) enfatiza a ideia acima apresentada, pois em seus estudos concluiu que:

Apesar de a GT não cogitar a possibilidade de uma “oração subordinada” ocorrer e funcionar no discurso sem a correspondente oração matriz, são mais frequentes do que se supõe ocorrências de adverbiais isoladas, constituindo, sozinhas, enunciados completos. E mais: ocorrências desse tipo não se restringem a enunciados presentes em textos orais apenas, como se fossem característicos da fala. Também em textos escritos a oração adverbial desatrelada de uma matriz representa uma possibilidade de configuração que modifica seu estatuto de “subordinada”, tendo, por isso mesmo, grande relevância interacional. (LIMA, 2004, p. 56)

Para essa compreensão, Decat (2011) embasou-se nas teorias de Chafe (1980), que reconhece a existência de cláusulas que transmitem a informação por completo, como um fluxo linguístico, compondo contornos entonacionais separados. Esse fluxo se compõe de uma unidade informacional, ou, conforme por ele determinado, a concepção de “*idea unit*”.

Essa característica de cláusula única corrobora com as teses de Bally:

Quando esse autor trata das relações entre orações, no nível da segmentação, no qual inclui orações (ou expressões) adverbiais ‘deslocadas’ e estruturas parentéticas. A segmentação é por ele vista como uma noção de ordem semântica, e refere-se a estruturas cuja soldadura não se realiza por completo. (Bally, 1944, apud DECAT, 2011, p. 71)

Os dados a seguir apresentados demonstram, de maneira evidente, como as orações adjetivas explicativas e adverbiais podem aparecer desgarradas, produzindo uma unidade de informação a parte. Ademais, também se constata

que elas efetuam diferentes tipos de relações e aparecem em múltiplos gêneros textuais do âmbito escrito.

O texto abaixo foi veiculado na Revista *Isto É* pela editora da própria revista (Editora Três) como destaque ao aniversário de 40 anos da empresa. Por se tratar de um texto mais extenso, selecionaram-se aqui os trechos de maior importância para a análise, sem interferir na compreensão da informação a ser transmitida.

(1) *Propaganda*

Visão não é só a capacidade de enxergar. É entender o que está vendo. E, para isso, não bastam olhos saudáveis ou óculos de grau. É preciso informação. Mas não qualquer informação. Não aquela mastigada de forma tendenciosa. Ela necessita ser independente, precisa, imparcial. Aparada antes de noticiada e, por isso, carregada de credibilidade. Há 40 anos, nós, da Editora Três, rezamos essa cartilha. (...) Sem deixar, também, de manifestar nossa opinião. E seguindo sempre o princípio da pluralidade. Pluralidade de assuntos, de informações, de opiniões. **Que dá a você, leitor, não apenas a capacidade de enxergar o nosso ponto de vista.** Mas de desenvolver o seu.

Saber ouvir é uma arte. **Que nem todo mundo domina.** (...) Há 40 anos, nós, da Editora Três, falamos para quem sabe ouvir. Oferecendo, sempre, um conteúdo plural. **Que, em vez de definir um caminho, abre muitos.** Bom de papo não é quem fala muito. É quem tem o que falar. (...) Porque, antes de ser um bom conversador, o bom de papo é um ótimo leitor. **Que sabe o que quer ler. Que sabe onde encontrar informação isenta, correta, imparcial. Que sabe a diferença entre informação e opinião.**

(EDITORA TRÊS, 2012, grifo nosso)

No exemplo acima, tem-se a presença de seis orações desgarradas, introduzidas pelo pronome relativo “que”, que introduz orações adjetivas. Verifica-se maior intensidade da ideia veiculada, uma vez que a independência dessas cláusulas faz o leitor tornar-se coautor do texto. Isso porque existe a necessidade da leitura compreensiva do conteúdo que figura anteriormente às orações por parte do leitor. Além disso, o leitor deve possuir conhecimento de mundo sobre as revistas que discutem política e como essas revistas podem induzir a opinião do próprio leitor ou de qualquer outra pessoa. Ademais, as três ocorrências finais realizam um desgarramento de modo enumerado que,

com pausas marcadas pela vírgula, não dariam o mesmo enfoque persuasivo que assim invocam.

Outro exemplo de oração adjetiva desgarrada oferece um olhar diferente dos acima apresentados. Isso porque, além do desgarramento, tem-se uma mudança no posicionamento da oração.

(2) Propaganda

Onde o objetivo encontra a facilidade.

Marriot.

Aproveite mais nos hotéis Marriot.

Estamos aqui para garantir que suas viagens sejam tudo o que você imaginou – e muito mais (MARRIOTT, 2011, grifo nosso).

Tem-se, nesse excerto, a ocorrência do desgarramento em posição inicial, uma vez que a informação com a qual se relaciona somente virá na sequência, em forma de sintagma nominal. Isso evidencia que o poder de argumentatividade não diz respeito à hierarquia (coordenada ou subordinada), nem à sequência como aparecem em um texto, mas, sim, ao objetivo do autor do texto, que buscará artifícios linguísticos que levem ao melhor convencimento e, até mesmo, à cooperação do seu interlocutor.

A próxima relação observada diz respeito às orações adverbiais causais, que abrangem ideias de motivo, explicação, justificativa, e percebe-se que assim aparecem devido ao alto poder argumentativo que impõem, marcando a intencionalidade do autor.

(3) Propaganda

Petrobras Premmia está trazendo uma promoção incrível.

Porque o nosso foco é você (POSTOS PETROBRAS, 2012).

(4) Reportagem

Tomates no Tombini.

A postura hesitante do presidente do Banco Central pode colocar tudo a perder na bem-sucedida política de queda de juros. **Só porque choveu na lavoura do tomate** (MOURA, 2013b, grifo nosso).

Da mesma maneira como Neves (2000), Decat (2011) e Lima (2004) também se encontram exemplos da ocorrência independente de cláusulas adverbiais finais, as quais introduzem a ideia de finalidade ao contexto. É essencial destacar que o exemplo (5), apesar de parecer retratar o que Decat (2011, p.74)

denomina como “sintagma nominal solto”, aqui será considerado como oração final desgarrada, porque, implicitamente, para a compreensão do texto, o leitor ativa o conhecimento de mundo, inserindo na ideia uma ação como “Para se ter uma pele saudável e protegida” ou “A fim de conseguir uma pele saudável e protegida”, entre outras possibilidades. Isso significa dizer que esse “vazio oracional” é preenchido inconscientemente pelo leitor, o que também expõe a intencionalidade do autor do texto ao tornar seu receptor coautor da produção.

(5) *Propaganda*

Escolha a proteção com sensação hidratante.

Enriquecida com vitamina E, cria uma barreira protetora e deixa a pele da sua família com sensação hidratante.

Para uma pele saudável e protegida (PROTEX, 2012, grifo nosso).

(6) *Reportagem*

Para pagar contas com o celular.

Cerca de 6 milhões de brasileiros consultam saldos, fazem transferências e pagam contas com a ajuda de smartphones. Saiba como aproveitar o serviço e se proteger dos riscos virtuais (PEREZ, 2013c, grifo nosso).

Por fim, um último exemplo significativo é a aparição de cláusula temporal desgarrada. Nela, pode-se destacar a nuance condicional factual, constatada por Neves (2000), que a conjunção temporal “quando” exprime para a ideia analisada. Isso porque se tem uma relação de possibilidade temporal, ou seja, elencar os momentos – tempo – que seriam possíveis e adequados – condição – para efetuar a ação mencionada no enunciado (“antecipar a restituição do IR”).

(7) *Reportagem*

Quando vale antecipar a restituição do IR.

Antecipar a devolução do Imposto de Renda para pagar dívidas a juros mais altos pode ser uma opção para equilibrar o orçamento. (MOURA, 2013a, grifo nosso)

Na sequência, após a conceituação e exemplificação do desgarramento de orações adjetivas explicativas e adverbiais acima apresentadas, serão analisados textos retirados dos gêneros opinativos artigo de opinião e editorial, promovendo-se uma revisão destes como profissional da área, sem que a argumentatividade e a intencionalidade dos autores sejam modificadas.

2. Metodologia

O trabalho foi realizado a partir do levantamento de um pequeno *corpus* de textos do gênero artigo de opinião e editorial, publicados em revistas ou jornais, já que, nesses meios, os escritores procuram persuadir os leitores por meio da opinião, a fim de convencê-lo a seguir um posicionamento sobre determinado assunto.

No que diz respeito à etapa de identificação das relações que apresentam tais estruturas adjetivas e adverbiais encontradas no *corpus*, esta só pôde ser realizada após a leitura dos textos e livros que tratam das estruturas desgarradas da língua portuguesa, assim como a observação do nível de focalização e argumentatividade que apresentam.

Com base no que foi encontrado na revisão bibliográfica, buscaram-se exemplos de cláusulas desgarradas que pudessem compor um *corpus* para este trabalho. Para tanto, foram escolhidas revistas de grande circulação nacional, que apresentassem também divulgação online, já que se tornam acessíveis a todos os âmbitos sociais por tentarem, com um linguajar formal mas leve, atingirem um maior número de leitores possível. Optou-se, sendo assim, por um levantamento de modelos nos meses de janeiro e fevereiro de 2014 nas revistas Carta Capital, Época e Isto É com publicações que datassem do período de 2013/2014.

Desse modo, foram identificados, no *corpus*, os tipos das orações que apareceram, ou seja, qual o valor semântico que elas exprimem em cada ocorrência e quais destas possuem mais ocorrências nos gêneros selecionados.

Depois disso, relacionou-se teoria e prática (análise), pois aqui foi observada a intencionalidade do produtor do texto, assim como a argumentatividade apresentada pelos tipos de construções encontradas. Levou-se em consideração, também, os aspectos sintáticos de pontuação e posicionamento da cláusula desgarrada.

A partir dos dados verificados e analisados acima, realizou-se a verificação das sentenças que poderiam ser modificadas pelo profissional da revisão, presente no âmbito de produção desses gêneros, sem prejuízo para o sentido recebido pelo leitor do texto ou para a intenção do produtor.

3. Análises, resultados e discussões

Ao se produzir um texto opinativo, o autor, buscando convencer o leitor daquilo que acredita ser verdade, apresenta, além do domínio sobre o conteúdo descrito, instrumentos linguísticos que deem realce e destaque àquilo que este

produtor tem como intuito transmitir. Isso é algo que se constata de maneira efetiva nos gêneros artigo de opinião e editorial escolhidos para este trabalho. Sendo assim, a fim de compreender as teorias aqui evidenciadas, é necessário a exposição do *corpus* da pesquisa, deixando claro como aparecem as orações caracterizadas como desgarradas no âmbito jornalístico.

No que diz respeito às orações adverbiais, estas costumam aparecer em posição final, trazendo uma informação fundamental para compreensão daquilo que é dito na cláusula núcleo. Por isso, muitos autores (CHAFE, 1984; DECAT, 2011; LIMA, 2004) visualizam uma função textual-discursiva de “fundo” para essas orações adverbiais, ou ainda como “moldura”.

Entretanto, como aqui se está analisando o desgarramento dessas proposições, a função primeira, que se observa em todos os exemplos que serão apresentados, é de “foco”, isto é, de ênfase e realce naquilo que o produtor do texto quer que seja destacado. Nesse sentido, Antunes (2003) lembra que nas situações comunicativas o autor do texto escolhe o que considera relevante dizer, sabendo que não fará falta para a correta assimilação da mensagem por parte de seu interlocutor. A decisão, portanto, de se destacar algo ou deixar implícito será do produtor do texto, além de outras implicações, como o gênero textual selecionado e o contexto comunicacional.

Lima (2004) assevera ainda que:

Se “o que é relevante é aquilo que não pode deixar de ser dito”, as ocorrências de subordinação adverbial sem matriz ratificam que o rótulo “principal” não pode designar ‘relevância informativa’. Nesses casos, ao contrário do que indica o termo ‘principal’, o que é principal é o conteúdo expresso na “subordinada”. (p. 58, grifos da autora)

Por isso, com o desgarramento das orações adjetivas explicativas e adverbiais, o poder argumentativo compreendido na ideia transmitida é destacado, ou melhor, focalizado, favorecendo a intencionalidade do autor do texto.

Isso pode ser comprovado nos exemplos que seguem abaixo:

(1)

Nesses breves momentos, que jamais serão eternos, a vida nos parece simples e sublime. **Como a de um bicho deitado ao sol. Como a de um anjo**, embora anjos não existam (MARTINS, 2014b, grifo nosso).

(2)

Melhor recusar o convite para conhecer o novo apartamento do querido que deixa você daquele jeito. Sobretudo **quando se está feliz com alguém** (MARTINS, 2014a, grifo nosso).

(3)

E em nome dessa promessa, desejam a eternidade. **Como todos nós** (CLEMENTE, 2014, grifo nosso).

Nos exemplos (1) e (3), o desgarramento comparativo promove uma função de “ponte” entre aquilo que foi dito e o que será posteriormente dito. Isso significa dizer que a cláusula apresenta, ao mesmo tempo, uma relação anafórica e catafórica, com “função de coesão discursiva”, de acordo com Decat (2011). A desgarrada comparativa do exemplo 2 demonstra essa função claramente, já que, ao se dizer “Como a de um bicho deitado ao sol. Como a de um anjo”, as orações retomam a ideia precedente de “vida simples e sublime” e introduzem a informação subsequente, na qual se observa uma concessão à última ideia exposta e, conseqüentemente, a toda ideia de vida mencionada anteriormente.

Outra função importante que aqui é destacada pelo exemplo temporal (3) é a ideia de “avaliação” que essa proposição adverbial desgarrada possui em posição final e por ser acompanhada de um termo que denota esse julgamento. O produtor do texto, ao trazer o tempo da situação mostrada anteriormente de maneira desgarrada, dá ênfase ao motivo apresentado, além de delimitar uma relação de inclusão de ideia expressa pelo termo “sobretudo” em “sobretudo quando”, determinando no contexto que o tempo apresentado é uma inferência do articulista do texto.

Além das funções acima descritas, tem-se no exemplo (4) uma oração adjetiva explicativa desgarrada em função que pode ser denominada como “adendo”, na qual a informação trazida completa e adiciona algo à ideia núcleo, também enfatizando aquilo que se objetiva dizer. Já se sabe pelas informações dadas anteriormente que houve a insistência de classificar Mandela como terrorista. Mas repete-se essa informação, de modo reformulado, portanto, novo, adicionando uma convicção ao texto “Que atingiu o cúmulo do ridículo com argumentos em blogs, jornais ou na tevê”. É válido evidenciar que, para que isso ocorra, a posição dessa oração desgarrada deve ser final. Além disso, esse foi o único desgarramento de cláusula adjetiva encontrado no *corpus*, o que demonstra que há esse uso, mas não é algo frequente com o pronome relativo.

(4)

Falsificações como a da revista *Veja*, uma editora com 30% de capital do grupo sul-africano Naspers, que defendeu o *apartheid* até o último suspiro, chamá-lo de “Guerreiro da Paz” na capa, enquanto seus blogueiros insistiam em classificá-lo de terrorista, são parte da tentativa de cooptar uma vida revolucionária para fins conservadores.

Que atingiu o cúmulo do ridículo com argumentos em blogs, jornais ou na tevê que Mandela seria contra as cotas raciais “petistas”: “Aos negros seria conveniente mirar-se nos exemplos de igualdade e jamais lutar por cotas”, atreveu-se a escrever um néscio no *Diário da Manhã*, de Goiânia, num artigo de opinião intitulado “O Legado de Mandela” (COSTA, 2014, grifo nosso).

O posicionamento dos exemplos (5), (6), (7) e (8) expressam uma função altamente focalizadora, uma vez que as cláusulas adverbiais desgarradas final e temporal encontram-se antepostas à oração matriz. Depreende-se que esse uso parece ser comum em artigos de opinião – também denominados como “colunas” nos jornais e revistas – que apresentam a tipologia injuntiva em sua produção, isto é, dar a opinião para instruir sobre algo, como se pode visualizar abaixo.

(5)

Para escolher o melhor MBA.

Profissionais que se dedicam a um curso de negócios podem engordar os rendimentos (PEREZ, 2013b, grifo nosso).

(6)

Para correr atrás dos seus direitos.

Alto número de reclamações faz empresas ficarem atentas às redes sociais e ouvidorias. Descubra o melhor caminho para resolver seu problema (PEREZ, 2013a, grifo nosso).

(7)

Para queimar a “gordurinha” localizada (ATALLA, 2014, grifo nosso).

(8)

Quando contratar um plano de saúde.

Cresce o número de consumidores que procuram esse tipo de proteção – mas as queixas aumentam na mesma velocidade (PEREZ, 2013d, grifo nosso).

Ademais, ao assim aparecerem, demonstram também a função de “tópico” que, de acordo com Decat (2011):

“Ocorrendo à esquerda do núcleo a que se refere, por força da própria função lógico-discursiva de tópico, a oração adverbial, nesse caso, constitui o **ponto de partida para a estruturação da informação**, caracterizando-se, pois, como uma opção organizacional do discurso.” (p. 143, grifos da autora)

Assim, ao se dizer “Para escolher o melhor MBA” ou “Quando contratar um plano de saúde”, o produtor do texto tem por objetivo, além de chamar a atenção de seu interlocutor, iniciar a situação comunicativa, introduzindo um tópico, isto é, um assunto a ser tratado, e, ao mesmo tempo, permitindo que o leitor se torne coprodutor de seu texto. Caso o revisor opte por alterar a ordem das orações em (6) para “Alto número de reclamações faz empresas ficarem atentas às redes sociais e ouvidorias. Descubra o melhor caminho para resolver seu problema, para correr atrás dos seus direitos”, a ideia de finalidade deixa de ter tanta importância, pois o foco agora é a atitude das empresas diante do alto número de reclamações. No exemplo (7), tem-se, ainda, um exemplo de desgarramento subentendido, pois não é necessário que o produtor do texto insira mais informações para compreender a finalidade a ser transmitida. Logo, o leitor subentende que haverá na continuação do texto informações que levem a essa finalidade.

As funções aqui expostas levam à constatação de que o intuito dos autores desses textos, conforme já foi dito, é persuadir, procurar convencer os interlocutores de que aquilo que dizem, além de verdade, é o correto de se pensar. Isso se torna notório ao perceber que os gêneros textuais em que foram encontrados os exemplos apresentados nesse trabalho pertencem à tipologia argumentar/opinar, como artigo de opinião e editorial, sendo que eles demonstram a corrente política e ideológica do meio de comunicação do qual fazem parte.

Após verificar os exemplos e interpretações obtidas, torna-se inadmissível que um revisor de texto modifique os textos aqui apresentados. Não poderia ele, por exemplo, retirar o ponto final dos exemplos (1), (2), (3) e (4) e substituir por vírgulas e, até mesmo, inserir o conectivo “e”, com suas devidas adequações sintática. Isso modificaria a função textual-semântica marcada pelo produtor do texto, diminuindo o poder argumentativo dado pela informação desgarrada.

Além disso, também não poderia em sua função de revisão alterar o posicionamento das situações (5), (6), (7) e (8), uma vez que é justamente a

antecipação dessas cláusulas que transmite o destaque, ou seja, a focalização intencionada pelo autor do texto, evidenciando o tópico para o qual ele deseja que o seu leitor dê atenção no conteúdo transmitido.

Conclusão

Acreditar que a língua portuguesa é um conjunto de normas fechadas e inalteradas fará certos usos de seus falantes não serem considerados, já que fogem ao que é determinado como regra. Diante disso, os diferentes estudos gramaticais e, neste caso o funcionalista, procuram dar tratamento além daquilo que é limitado pela gramática tradicional.

Sendo assim, este artigo, ao buscar trabalhar com os usos, que se tornam cada vez mais frequentes na língua, expôs as orações adjetivas explicativas e adverbiais desgarradas, denominadas pela gramática normativa como sempre dependentes sintaticamente da cláusula núcleo com a qual se relacionam.

Para tanto, expôs-se o papel do profissional da revisão de textos e seu processo histórico, além de como sua função é vista nos textos jornalísticos, em especial nas revistas, veículo de comunicação selecionado para este trabalho. Também apresentou-se os conceitos determinados pela gramática normativa sobre orações subordinadas, e como estes mesmos períodos são compreendidos pelo funcionalismo.

Os dados apresentados mostraram que essas proposições são comuns em meios de comunicação escrito, como revistas, os quais atingem diferentes níveis de leitores. Visualizou-se a recorrente possibilidade de desgarramento, já defendida por muitos autores da corrente funcionalista, em orações que estabelecem relações comparativas, temporais e finais. Já as estruturas desgarradas com pronome relativo aqui demonstradas permitem, quem sabe, procurar por um estudo que proponha um levantamento maior ou não de suas aparições nos gêneros selecionados, ampliando as discussões sobre o tema.

Ademais, constatou-se um maior grau de argumentatividade quando essas cláusulas são empregadas de forma desgarrada, afirmação legitimada quando se constata que são justamente essas cláusulas que possuem a informação de destaque. Isso porque a função textual-discursiva presente em todos exemplos diz respeito à focalização que essas orações propõem para o contexto em que estão inseridas. Também, ao lado dessa função, outras atribuições foram reveladas para as estruturas desgarradas, como tópica, de adendo, avaliativa e ponte.

Com isso, percebe-se que o emissor demonstra, por meio de estratégias linguísticas, uma maneira diferente e até mesmo mais persuasiva de dar enfo-

que ao seu discurso, uma vez que a intencionalidade do autor, nos textos aqui presentes, era argumentar a seu favor, procurando convencer seus interlocutores e tornando-os coparticipadores do texto.

Por fim, constata-se que, ao atuar como profissional da revisão de textos, é de suma importância que este tenha domínio tanto da gramática normativa quanto dos usos que vão se tornando comuns, e que são estudados pelo âmbito acadêmico. Isso porque ele precisa ter ciência que revisar vai além da função de “correção”, feita por muitos, e que é preciso dar total relevância as intenções argumentativas dos produtores dos diversos textos revisados, sem procurar alterá-las.

Referências

- ALMEIDA, Nelson T. de. *Gramática da Língua Portuguesa para concursos, vestibulares, Enem, colégios técnicos e militares*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANTUNES, Irlandé. A explicitude dos discursos: os vazios naturais do texto e sua coerência. *Portal do São Francisco. Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco*, ano II, n.2, p. 145-155, dezembro de 2003.
- ATALLA, Marcio. Para queimar a “gordurinha” localizada. *Época*. 14 março 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/marcio-atalla/noticia/2014/03/para-queimar-bgordurinha-localizadab.html>> Acesso em: 26 de março de 2014.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houssais da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2011.
- CARINHAS, Raquel. *O processo de revisão da escrita em português língua estrangeira: propostas didáticas para o tratamento do erro*. 2º Ciclo de Estudos em Português Língua Segunda/ Língua Estrangeira. U.Porto, 2012.
- CARVALHO, Cristina. dos S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. In: *Veredas- Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004.
- CASTILHO, Ataliba. T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHAFE, Wallace L. How people use adverbial clauses. *The Proceedings of the tenth annual meeting of the Berkeley Linguistics Society*. Berkeley Linguistics Society, p. 437-449, 1984.

- _____. The deployment of consciousness in the production of a narrative. IN: CHAFE, Wallace L. (ed.) *The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.
- CLEMENTE, Isabel. A geração de pais-avôs. *Época*. 2 março 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/isabel-clemente/noticia/2014/03/geracao-de-bpais-avosb.htm>>. Acesso em: 26 de março de 2014.
- COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 2. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.
- COSTA, Antonio Luiz M. C. Nelson Mandela de corpo inteiro. *Carta capital*. 2 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/779/nelson-mandela-de-corpo-inteiro-8130.html>>. Acesso em: 24 março 2014.
- CUNHA, Angelica F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (org.) *Manual de Linguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- DECAT, Maria Beatriz N. *Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- EDITORA TRÊS. Propaganda. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 36, n° 2236, p. 56-61, 19 set. 2012.
- FARACO, Carlos E.; MOURA, Francisco M. *Gramática Nova*. São Paulo: Ática, 2004.
- HOPPER, Paul; TRAUOGOTT, Elizabeth C. *Gramaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993.
- LEHMANN, Christian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 181-225.
- LIMA, Ana. Funções textual-discursivas das ‘orações adverbiais’ sem matriz. In: *Veredas - Rev. Est. Ling.*, Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.53-62, jan./dez. 2004.
- MARRIOTT, Hotels and Resorts. Propaganda. *Época Negócios*. São Paulo: Editora Globo, ano 4, n° 56, p. 20 e 21, out. 2011.
- MARTINS, Ivan. Amigas são para sempre. *Época*. 5março 2014a. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/03/bamigasb-sao-para-sempre.html>>. Acesso em: 26 de março de 2014.

- _____. O ingrediente secreto. *Época*. 22 jan. 2014b. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ivan-martins/noticia/2014/01/o-bingredienteb-secreto.html>>. Acesso em: 26 de março de 2014.
- MOURA, Pedro M. de. Quando antecipar a restituição do IR. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2264, p. 92, 10 abril 2013a.
- _____. Tomates no Trombini. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2264, p. 90, 10 abril 2013b.
- NEVES, Maria Helena M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PEREZ, Fabíola. Para correr atrás de seus direitos. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2278, p. 72, 17 jul. 2013a.
- _____. Para escolher o melhor MBA. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2294, p. 77, 6 nov. 2013b.
- _____. Para pagar contas com celular. *Isto É*. São Paulo: Editora Três, ano 37, n° 2267, p. 86, 1° mai. 2013c.
- _____. Quando contratar um plano de saúde coletivo. *Isto É*. São Paulo, Editora Três, ano 37, n° 2277, p. 7, 810 jul. 2013d.
- POSTOS PETROBRAS. Propaganda. *Duas Rodas*. São Paulo, Editora Sisal, n° 445, p. 11, out. 2012.
- PROTEX. Propaganda. *Pense Leve*. São Paulo, Grupo 1 Editora, ano 20, n° 239, p.5. jun. 2012.

Recebido em 25 de junho de 2014.

Aceito em 26 de agosto de 2014.